

Comité Latinoamericano de Asuntos Financieros
Comitê Latino-americano de Assuntos Financeiros
Latin-American Shadow Financial Regulatory Committee

Declaração Nº1

18 de dezembro de 2000
São Paulo, Brazil

EM BUSCA DA ESTABILIDADE FINANCEIRA NA AMERICA LATINA

Na sua primeira declaração, o Comitê Latino-americano de Assuntos Financeiros (CLAAF) recomenda melhorar a qualidade da integração da América Latina com o mercados de capital internacional mediante as seguintes ações:

- Fortalecer a disciplina fiscal e as instituições responsáveis.
- Estabelecer a independência de todas as instituições financeiras reguladoras e supervisoras evitando qualquer tipo de interferência política.
- Adotar e implantar os Princípios Básicos estabelecidos pelo Comitê de Basileia no tocante a regulação e supervisão bancária.
- Adaptar os critérios de riscos contidos nas recomendações atuais do Comitê de Basileia, de forma a refletir os riscos verdadeiros dos ativos nos bancos da América Latina. Em particular, é importante reconhecer que tanto os títulos públicos como os privados são vulneráveis à volatilidade dos mercados de capitais internacionais.
- Fortalecer o controle da liquidez, exigindo que os bancos mantenham um nível apropriado de títulos externos com qualidade e liquidez, assim como uma cobertura cambial adequada.
- Realizar uma supervisão consolidada efetiva para evitar empréstimos relacionados.
- Adotar medidas corretivas oportunas que conduzam a ações de supervisão preestabelecidas que sejam acionadas quando os índices de capital bancário diminuíam significativamente.
- Acelerar a privatização das instituições financeiras de propriedade do governo.
- Evitar a intervenção do governo na cotação dos valores e passivos bancários, sempre que esta atividade possa ser realizada pelo mercado.
- Fomentar a concorrência nos sistemas financeiros nacionais.

Antecedentes gerais

As economias emergentes, em particular as da América latina, vem experimentando um extraordinário período de turbulência nos mercados de capitais desde 1997, quando ocorreu a crise financeira no Leste da Ásia. Os acontecimentos ocorridos na Argentina e Turquia mostram que a volatilidade continua sendo uma característica predominante no panorama financeiro.

O CLAAF considera improvável que a região veja, no futuro próximo, uma restauração dos fluxos de capital aos níveis excepcionais que precederam a crise na Ásia, devido a fatores diversos. Entre eles destacamos: os níveis insustentáveis de dívida externa privada e pública; os procedimentos de controle de riscos implementados pelas instituições financeiras internacionais limitando a sua exposição na América Latina; a discussão, embora sem resolver, com respeito a participação do setor privado (PSI) na prevenção e solução da crise; e a conscientização cada vez maior do atraso e fragilidade das instituições políticas, legais e econômicas em muitos países da região. Ao mesmo tempo, o Comitê reconhece que a assistência oficial dos países industrializados através das instituições bilaterais e multilaterais pode diminuir nos próximos anos.

Em resposta a estes eventos, o Comitê propõe uma regulação menos rígida. Ao contrário, acredita que as reformas do sistema financeiro, tanto a nível nacional como internacional, deve ter uma orientação pró-mercado, para facilitar o funcionamento efetivo dos mercados, e minimizar os efeitos adversos das distorções e interferências.

Uma das principais lições deste período de turbulência dos mercados de capitais é o papel crucial que assumem os mercados e instituições financeiras, nacionais e internacionais, na explicação das flutuações econômicas, do crescimento e do desenvolvimento econômico. Neste sentido, consideramos que o desenvolvimento de políticas financeiras adequadas constitui uma peça chave em qualquer estratégia que vise a redução da vulnerabilidade da economia a *shocks* externos, e da restauração dos fluxos de capital *sustentados* para a região.

O Comitê apóia o diálogo contínuo e transparente entre os governos Latino-americanos, bancos e as empresas privadas, e entre os investidores e credores externos. O diálogo construtivo serve para prevenir novas crises, uma vez que incentiva o acesso a informação relevante.

Alguns pontos de vista sobre a arquitetura financeira internacional

Dentro do contexto de turbulência financeira discutida anteriormente, os membros do CLAAF discutiram a relevância e direção dos trabalhos recentes sobre a arquitetura financeira internacional para América Latina. Deste processo surgiram recomendações de caráter significativo:

- 1) a busca de transparência na oferta oportuna de informação econômica, financeira e políticas;
- 2) desenvolvimento de padrões e códigos apropriados nas políticas econômicas e financeiras;

- 3) o desenvolvimento de um mecanismo que promova a implantação das recomendações nas economias emergentes; e
- 4) a linha de crédito de contingência do Fundo Monetário Internacional (CCL). Entretanto não houve consenso entre os membros do Comitê no tocante a participação do setor privado (PSI).

O Comitê considera que o trabalho multilateral mencionado anteriormente, no tocante aos diferentes aspectos de a arquitetura financeira internacional, contribui de maneira significativa para a recuperação dos fluxos sustentados de capital dentro da região. Do mesmo modo, existe consenso a respeito das recomendações emanadas deste processo.

Nas próximas reuniões, o Comitê analisará e discutirá mais detalhadamente diversos aspectos da arquitetura internacional financeira de interesse específico para a América Latina. Por enquanto, o Comitê recomenda que as discussões sobre este tema tenham maior representatividade das economias Latino-americanas. Para isto, o Comitê considera que será mais produtivo se o Foro de Estabilidade Financeira (Financial Stability Forum) e outros órgãos relevantes tenham uma composição similar ao recentemente criado Grupo dos Vinte (G20).

Para a melhoria da qualidade dos sistemas financeiros latino-americanos

Com o objetivo de melhorar a qualidade da integração da América Latina ao mercado de capital internacional e, desta forma, ser um sócio na economia global com maior credibilidade, o CLAAF recomenda implantar ações nas seguintes áreas:

1.- Marco Institucional

Instituições e disciplina fiscais

Os mercados financeiros não podem funcionar adequadamente num ambiente em que o governo toma o espaço do setor privado. O estabelecimento de instituições fiscais efetivas, capazes de posições financeiras sustentadas, contribuiria significativamente para a estabilidade macroeconômica e financeira na América Latina.

Sem dúvida, a disciplina fiscal é mais do que obter um equilíbrio nas contas públicas. O sistema fiscal deve ser menos vulnerável aos *shocks* externos, e os custos contingentes dos problemas na indústria de serviços financeiros deveriam ser reconhecidos de forma explícita.

Independência de todas as instituições financeiras reguladoras e supervisoras

O CLAAF recomenda a continuação dos esforços para alcançar a independência de todas as instituições que formam as redes nacionais de segurança financeira, que incluem os bancos centrais e os órgãos supervisores de todos os ofertantes de serviços financeiros. O desenho da governabilidade destas instituições deve conter critérios que evitem a interferência política.

Os bancos centrais devem ser dotados de autoridade clara para alcançar objetivos antiinflacionários e o funcionamento adequado do sistema de pagamentos. Todo o anterior implica um papel significativo de os bancos centrais no controle do risco sistêmico.

2. Normas Financeiras

Sistema Bancário

A supervisão e regulação do sistema bancário nacional devem adotar e implantar efetivamente os Princípios Básicos (*core principles*) do Comitê de Basileia, considerando um esforço especial para aplicar as normas de segurança de forma eficiente.

Tanto a segurança como a solidez do sistema bancário devem fundamentar-se na qualidade dos ativos bancários, nas reservas adequadas, e capital disponível suficiente para compensar os créditos de má qualidade dos balanços (*write-offs*). Neste sentido, alguns temas se destacam como particularmente relevantes para o Comitê: em primeiro lugar, com o objetivo de operar o verdadeiro risco e a volatilidade dos preços dos ativos líquidos, os países Latino-americanos devem adaptar os critérios de avaliação de risco contidas nos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia. Segundo, deve reconhecer que tanto os títulos públicos como os ativos financeiros privados são vulneráveis a volatilidade dos mercados de capitais internacionais e, neste sentido, devem ser sujeitos às exigências adequadas de capital. As aplicações do sistema bancário em títulos públicos não garantem a estabilidade no longo prazo dos sistemas financeiros na América Latina.

O CLAAF recomenda a adoção de regras de liquidez que exijam aos bancos a manutenção de ativos estrangeiros de primeira qualidade, cujo valor de mercado não se debilite com a instabilidade financeira ou macroeconômica a nível doméstico. A exposição ao risco cambial deve estar protegida por operações de *hedge*.

Os “créditos relacionados” (*connected lending practices*) devem ser impedidos, uma vez que são a causa das principais fragilidades do setor bancário em muitos países Latino-americanos. Além disto, na revisão do marco regulador e supervisor, deve ser feito um esforço especial para determinar adequadamente o risco consolidado. Naqueles países em que ainda não foi implantada uma supervisão consolidada efetiva, os banqueiros e supervisores devem identificar e determinar o risco que as instituições não financeiras podem representar para a solidez dos conglomerados financeiros.

O CLAAF apóia totalmente a concorrência dentro dos sistemas financeiros nacionais. Em muitos países, as regras de entrada se modernizaram para incluir provisões e reservas adequadas. Por outro lado, as regras de saída (por fechamento ou intervenção) continuam sendo muito imprecisas e estão sujeitas a decisões políticas por parte das autoridades. O Comitê recomenda a imediata adoção de regras de *ação corretiva* que permita que as entidades supervisoras intervenham ou fechem uma instituição financeira quando os requisitos mínimos de capital não são atendidos. Estas medidas evitariam a “abstenção reguladora” (*regulatory forbearance*) e minimizaria o custo potencial à sociedade, que em última instância arca com a solução dos graves problemas bancários através dos impostos.

A privatização das instituições financeiras de propriedade do governo deve ser uma prioridade. A experiência tem demonstrado que os governos não têm vantagem comparativa para operar as instituições financeiras e ofertar serviços financeiros.

Mercados de capitais

A solidez do sistema bancário é uma condição necessária para o desenvolvimento dos mercados de capitais domésticos. A regulação financeira deve evoluir com o desenvolvimento dos mercados. Cada vez mais, surgem novas instituições nos mercados de capital da América Latina, tais como os fundos de pensão, as companhias de seguro e os fundos mútuos. Ao mesmo tempo, a indústria de serviços financeiros fica mais consolidada e integrada em alguns países. O Comitê recomenda o estabelecimento de arranjos institucionais que facilitem a coordenação entre as diferentes agências reguladoras, para garantir a transparência e evitar o arbítrio regulador.

3.- O papel do Setor Privado

O Comitê exorta o desenvolvimento das melhores práticas da governança corporativa e de controle do risco nas instituições financeiras em toda a região.

A disciplina imposta pelos depositantes, acionistas e credores em geral deveria ter um papel mais relevante, que funcione como incentivo para que os bancos melhorem a qualidade dos seus ativos e sua base de capital. Para tanto, os reguladores deveriam incentivar maior transparência e difusão das atividades bancárias.

A solidez do sistema bancário está principalmente nas mãos do setor privado. Os diretores de bancos e os gerentes devem ser confiáveis e responsabilizar-se efetivamente pelos riscos assumidos pelas instituições bancárias.

A precificação dos ativos e passivos bancários deve ser de responsabilidade do mercado. A regulação das taxas de juros e a prática de créditos seletivos para determinados setores impõem uma séria restrição à gestão dos bancos privados, levando a tomada de decisões baseadas mais em critérios políticos, do que em considerações de eficiência.

O Comitê Latino-americano de Assuntos Financeiros (CLAAF) agradece o apoio financeiro por parte da CAF, no patrocínio financeiro da sua primeira reunião oficial em São Paulo. O Comitê é completamente independente e autônomo para emitir suas declarações.